

Territories of Fragility: Aging and Public Policy - A Project of Continuing Education

Territórios de Fragilidades: Envelhecimento e Políticas Públicas - um projeto de educação continuada

Beltrina Côrte²⁷

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Vera Brandão²⁸

Núcleo de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Abstract

In the contemporary world, the progressive ageing of the population is both a major achievement and a huge challenge for developing countries, especially when it relates to public policies for the elderly. The scenario is particularly worrying in peri-urban spaces, called by us 'territories of fragility', in which multiple deficiencies overlap - basic sanitation, housing, accessibility, education and health - those aspects coupled with the disruption of community ties, negatively impact the ageing process. In this article, we analyze the previously presented scenario through the results of a continued education project that had as students 420 professionals that currently work in the Secretariat of Social Assistance of the city of São Paulo (Brazil), the aim of the project was the improvement of the work in the social assistance services network, especially the ones that are a part of the basic social protection, aimed at the most vulnerable parcel of the population. The use of professional-centered training methodology takes in account what happens in the field, its based on daily problems, on the perception of skills and abilities, on the challenges and opportunities given by occupied spaces, in a dialogical and critical perspective. In other words, the result was a collection of 420 'first hand' narratives that unveils a reality that is the opposite of what was expected. For the enrichment of the reflection we present the commitments to this educational process - through the narratives of teachers and supervisors - in the work of recognizing the action field, the difficulties and achievements in the implementation of the project, and in practice with

²⁷ Doutorado em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Docente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e CEO do Portal do Envelhecimento.

E-mail: beltrina@pucsp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2717-3262>

²⁸ Doutorado em Ciências Sociais pela PUC-SP. Pesquisadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento (NEPE-PUC/SP) e editora da Revista Longeviver.

E-mail: veratordinobrandao@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1377-4104>

the groups. Content analysis indicates, in the complexity of the narrative, how all individuals that were a part of the project overcame life-work challenges and articulated knowledge about the aging process in territories of fragility.

Keywords: aging; continuing education; public policies; territories of fragility.

Resumo

O envelhecimento populacional na contemporaneidade se impõe como grande conquista e, simultaneamente, enorme desafio para os países em desenvolvimento, em especial no âmbito das políticas públicas para as pessoas idosas. O cenário se mostra mais preocupante nos espaços periurbanos, que denominamos ‘territórios de fragilidades’, nos quais se observa a superposição de carências múltiplas – saneamento básico, habitação, acessibilidade, educação e saúde - aliadas à desestruturação dos vínculos comunitários, impactando negativamente o processo de longeviver. Propomos, neste texto, analisar esse panorama por meio dos resultados de projeto de educação continuada para 420 profissionais atuantes na Secretaria de Assistência Social da cidade de São Paulo (Brasil), com objetivo de aprimorar a atuação na rede de serviços sócios assistenciais, especialmente os que integram a proteção social básica, voltados à população mais carente. A utilização de metodologia de formação centrada no profissional, em seu campo de atuação, a partir dos problemas cotidianos, na percepção das competências e habilidades, dos desafios e oportunidades dos espaços, em perspectiva dialógica e crítica, legou acervo de narrativas de ‘primeira mão’ que desvela o avesso da realidade apenas observada. Enriquecendo a reflexão apresentamos os compromissos com esse processo educativo - por meio das narrativas de professores e supervisores - no trabalho de reconhecimento do campo de atuação, as dificuldades e conquistas na implantação do projeto, e na prática com os grupos. A análise de conteúdo indica, na complexidade narrativa, a atuação de todos os envolvidos na superação dos desafios de vida-trabalho e articulação de saberes sobre envelhecer em territórios de fragilidades.

Palavras-chave: envelhecimento; educação continuada; políticas públicas; territórios de fragilidades.

1. Introdução

São Paulo é a maior e mais próspera cidade do Brasil, referência como centro financeiro e polo cultural, com uma população de 12.18 milhões de habitantes domiciliados em 96 distritos²⁹, com 15% de pessoas acima de 60 anos, ou seja, 1,7 milhão de idosos, incluindo 5.776 centenários (SEADE, 2017)³⁰. Uma cidade de

²⁹Administrativamente, o município de São Paulo está subadministrado em 32 subprefeituras que administram os 96 distritos no município. Os distritos estão oficialmente agrupados em nove regiões (ou "zonas"), levando em conta a posição geográfica e história de ocupação, cf. Plano Decenal de Assistência Social da Cidade de São Paulo 2016-2026.

³⁰ O Estado de São Paulo, que tem o mesmo nome de sua capital - a cidade de São Paulo -, possui uma

contrastes, multirracial, superpopulosa, extensa, intensa e desigual - espaço de vida e trabalho – cenário extremamente desafiador no qual se desenvolveu o projeto de Educação Continuada para os profissionais discentes que apresentamos neste artigo.

Indicamos inicialmente seu processo de implantação e desenvolvimento, seguido da análise de conteúdo a partir do acervo de narrativas legadas por coordenadores-pesquisadores, docentes e profissionais envolvidos neste projeto, resultado do contrato entre a UNESCO e a Fundação São Paulo³¹, realizado na cidade de São Paulo – Brasil – no decorrer do ano 2017, com objetivo de capacitar um universo de 420 profissionais, de diferentes áreas de conhecimento, dos quadros do Serviço Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). Esse serviço é composto de técnicos e supervisores dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), equipe técnica e gerentes dos Núcleos de Convivência de Idosos (NCIs) visando alinhar a metodologia de atuação na perspectiva da Gerontologia Social que considera o envelhecimento parte do ciclo vital, para a qual os direitos e deveres cidadãos, a liberdade, respeito e a dignidade são valores fundamentais ante os diferentes modos de viver e envelhecer.

O perfil desses profissionais foi composto de 41,2% da área do Serviço Social, 32,4% de Psicologia, 20,6% da Pedagogia - áreas exigidas pelo regulamento do serviço na composição das equipes -, e 5,8% de outras áreas, tais como Direito, Educação Física e Terapia Ocupacional.

O NCI é um serviço da rede de proteção social básica³², convivência e fortalecimento de vínculos oferecido aos idosos com idade igual ou superior a 60 anos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social. Oferece atividades socioeducativas planejadas, baseadas nas necessidades, interesses e motivações dos idosos, conduzindo a construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Oferece ainda, por meio da busca ativa, a identificação e o acompanhamento social de idosos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e suas famílias no domicílio³³.

população de 44.3 milhões de habitantes. Área de 248.2 km² e PIB de 2 trilhões de reais (SEADE, 2017).

³¹ Edital n. 0126/2016 de 27/07/2016 da UNESCO, formalizado por meio do Contrato de Prestação de Serviços – ref. SHS 00808/2016 - SA 2820/2016. Projeto 914 BRZ 3019 – SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – São Paulo. Tendo como contratante a UNESCO e como contratado a FUNDAÇÃO SÃO PAULO, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

³² Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais a rede de proteção sócio assistencial é composta de rede de proteção básica e rede de proteção especial (de média e alta complexidade). https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/arquivos/portarias/portaria_46-2010.pdf

³³ Cf. Portaria nº 46/SMADS/2010. O serviço de busca ativa consiste em visitas domiciliares - destacada como uma das principais atribuições da Assistência Social, com objetivo de mapear os beneficiários do

O objetivo geral do projeto foi fornecer subsídios teóricos, metodológicos, técnicos, operativos e éticos para a construção crítica e criativa de novas alternativas de intervenção aos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); elevar a qualidade do provimento dos serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais e transferência de renda e da gestão do Sistema; contribuir para a ressignificação das ofertas de políticas públicas pela Assistência Social do município³⁴ e potencializar o pleno cumprimento de suas funções e seguranças afiançadas, na perspectiva da garantia de direitos³⁵, de modo a estabelecer programas amplos e preventivos que assegurem o acesso dos/as cidadãos/ãs aos direitos sociais.

A metodologia que sustentou o projeto de capacitação foi idealizada a partir do Problem Based Learning (PBL) - Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) - extraídos da realidade dos profissionais a serem capacitados, buscando um ensino inovador que pudesse ultrapassar a abordagem tradicional, oferecendo o exercício de entrelaçar ‘saberes’ teóricos e práticos (Berbel, 1999; Savin- Baden, 2000; Ribeiro, 2008). A estratégia pedagógica ABP, muito utilizada na medicina e áreas afins, também pode ser aplicada nos grupos ligados às áreas das ciências sociais e humanas como facilitadora na construção de conhecimentos necessários frente aos desafios impostos pela realidade pessoal-profissional, como constatamos aqui.

Objetivou-se, assim, a abertura para um novo modo de pensar e olhar a realidade a partir do reconhecimento do potencial da troca de conhecimentos acumulados, articulando-os com outros, formais ou não. Como indica Berbel (1998, s/p) nessa metodologia de formação o problema é o ponto principal do processo educativo contínuo, já que serve de estímulo para a aprendizagem ao longo da vida ao

provocar a motivação; promover o conhecimento de novas áreas do saber; estimular a criatividade; impulsionar o pensamento crítico; fomentar as capacidades de análise e

BPC, instituído pela Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social, em 1993, com implantação em 1996. A partir do Decreto nº 8.805/2016, a inscrição no Cadastro Único passou a ser requisito obrigatório para a concessão e manutenção do benefício. Também é requisito para sua concessão a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – exigindo-se o Cadastro de Pessoa Física (CPF) - documento feito pela Receita Federal que serve para identificar os contribuintes - do requerente e dos membros da família: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Guia/Guia_BPC_2018.pdf

³⁴ Município: divisão territorial do Estado que tem autonomia administrativa, com governo e leis próprias. Prefeitura: casa do Poder Executivo de uma cidade, onde o Prefeito, devidamente eleito pelo processo democrático, pratica os atos de governo.

³⁵ Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) n. 6 de 13/04/16

decisão; desenvolver as capacidades e competências de trabalharem em grupo e de gestão de estresse; e trabalhar com habilidades.

Esta perspectiva metodológica articula-se com a observação participante, própria à antropologia do próximo, que articula teorias de educação continuada às realidades dos territórios, princípio próprio aos estudos e práticas interdisciplinares. Na formação continuada de adultos profissionais essa perspectiva interdisciplinar começa a ser utilizada a partir dos anos 1970, como resultado da discussão sobre a falta de integração das disciplinas, apoiando-se em teóricos fundamentais como Jean Piaget e Paulo Freire, que indicavam o sujeito aprendiz como foco central.

Nesta perspectiva o docente assume o papel de ‘mediador’ de conhecimentos múltiplos e busca não reproduzir o papel tradicional de ‘ensinar algo a alguém que não sabe’. Ele é o ponto de apoio na articulação dos saberes-saberes (conhecimento teórico) com os saberes-fazer (as práticas), de modo que o discente-profissional os articule e se aproprie dessas trocas, construindo um saber próprio e auto referenciado. Afirma Altenfelder (2015, s/p), que o docente assume o papel de mediador na organização da “relação do aluno com os objetos de conhecimento, dando concretude, viabilizando e garantindo o processo de aprendizagem”, e completa:

É importante observar que não estamos falando de qualquer aprendizagem, mas de um processo que permita que o indivíduo possa se desenvolver. Nesta perspectiva, parte do conhecimento e questões derivadas do cotidiano de trabalho de cada profissional, trazidas ao grupo a ser capacitado para reflexão, partilha e busca de perspectivas-base que guiem as práticas, considerando os desafios para o trabalho social nas diferentes regiões do município de São Paulo, suas diversidades e peculiaridades.

Deste modo buscou-se a promoção de espaço de mediação dialógico (Freire, 1980; 2005) entre as equipes envolvidas, visando o aperfeiçoamento profissional, técnico e ético-político, a reflexão e o estudo das questões cotidianas de trabalho e práticas profissionais, a produção de subsídios para novas práticas e técnicas profissionais, metodologias e novos processos e rotinas de trabalho, os conhecimentos teóricos e práticos sobre os fenômenos, contextos e dinâmicas sociais dos territórios, o rompimento com práticas preconceituosas, assistencialistas e estigmatizadoras e o desenvolvimento de trabalho colaborativo, horizontal e interdisciplinar da equipe,

especialmente em ações que fortaleçam o vínculo comunitário (Brandão, Côrte e Silva, 2017).

O diálogo é o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo. Se ao dizer suas palavras, ao chamar ao mundo, os homens o transformam, o diálogo impõe-se como o caminho pelo qual os homens encontram seu significado enquanto homens; o diálogo é, pois, uma necessidade existencial (Freire, 1980, p. 82-83)

Nesta perspectiva o movimento do ‘sujeito da mudança’ deve estar internalizado, pois não se pode propor o exercício de um ‘olhar renovado’ sobre as realidades sociais e as práticas se o docente mediador mantiver uma postura conservadora, inflexível e não democrática. O exercício do diálogo e partilha é fundamental, não só nas práticas formativas, mas na vida em sociedade. Assim, buscou-se alinhar ‘corações e mentes’ visando ações dinâmicas, comprometidas com o serviço e solidárias nas atitudes – entre colegas de trabalho, idosos, familiares e comunidade.

Neste projeto, o reconhecimento do ‘chão’ do trabalho social na complexidade da metrópole de São Paulo afigurou-se, desde sua concepção, como de fundamental relevância. Deste modo a concepção metodológica também foi elaborada a partir de nossas experiências como pesquisadoras e docentes mediadoras neste ‘território de fragilidades e desigualdades’ que se configura na mais desenvolvida metrópole de nosso país. O cotidiano nos ensina, dispensando teorias, os desafios de viver em condições adversas na cidade que apresenta as faces da riqueza e da miséria convivendo lado a lado - espelho da desigualdade nacional. Deste modo, o projeto foi elaborado e proposto no contexto amplo de uma sociedade/ cidade complexa, marcada pela expressiva longevidade, na perspectiva da Gerontologia Social.

Ante o crescente aumento da população idosa e as perspectivas da longevidade avançada, de 85 e mais anos, em contexto de crescente precarização de espaços e relações, o projeto se mostrou como possibilidade de recomposição de saberes e práticas, a partir de encontros interpares - um esforço de reflexão crítica, cooperação e solidariedade - visando o aprimoramento das práticas em processo (Côrte & Brandão, 2018; Schon, 2007).

2. São Paulo e as Políticas Públicas

A cidade de São Paulo nos oferece suas múltiplas faces, nos indaga e desafia. Na sua multidiversidade acolhe imigrantes de todos os países e migrantes internos – um ‘caldo de culturas’ denso, indigesto a muitos, saboroso, mas com ‘doces e amargas’ experiências – uma cidade antropofágica, que acolhe a todos, ‘devora-os’ de certa maneira e, ao incorporá-los, desafia a manutenção das identidades – fundamental no desenvolvimento de sentido/sentimento de pertença e, consequentemente, de engajamento social.

De pequena vila fundada em 1544 por padres jesuítas à grande metrópole, muitas são as histórias sobre os inúmeros desafios ao seu desenvolvimento, que foi lento e desigual por dois séculos. A partir do século XVIII muitos comerciantes de procedências diversas visitavam o país pelo potencial oferecido por sua extensão territorial e muitas riquezas naturais. Gradualmente imigrantes, de diferentes partes da Europa, que fugiam de conflitos armados, da fome e perseguições religiosas, chegam ao país na busca de espaço de vida, trabalho, liberdade e progresso, e muitos se estabelecem na cidade que progredia. Destaca-se que, por volta de 1870, o governo brasileiro considerou a imigração organizada como benéfica à economia nacional em expansão, com destaque para a cultura cafeeira no Estado de São Paulo³⁶, devido também ao término do ciclo de trabalho escravo (1888) e a busca do “branqueamento” da população.

Estimulados pela propaganda do governo brasileiro sobre ‘a terra da oportunidade’, muitos europeus – alemães, austríacos, poloneses, mas em maioria italianos, portugueses e espanhóis - emigraram deste período até o início da I Guerra Mundial – e se estabeleceram em diferentes regiões, com destaque para o sul do país. Entre as cidades do Sudeste, destacava-se São Paulo já em franca expansão.

Os diferentes povos que se estabeleceram na cidade, e que se juntaram à grande população de descendentes de escravos, se espalharam por outras regiões do Estado e do país, e se mesclaram entre si e com os nacionais, marcando a diversidade na formação da identidade brasileira e, especialmente, paulistana, marcada pela interculturalidade, em um painel de formação multirracial. São Paulo pode ser denominada ‘a cidade de mil povos’, pois nela se encontra a maior concentração de estrangeiros no país, maior

³⁶ O Brasil é uma República Federativa organizada politicamente em estados, municípios e distritos, e para administrar o país, existe uma divisão em governos: federal, estadual e municipal.

comunidade de libaneses e japoneses vivendo fora dos seus países; maior comunidade de nordestinos fora do Nordeste; e grande população afrodescendente, estruturalmente excluída³⁷. Comunidades que foram envelhecendo, tornando hoje São Paulo a quinta capital com maior percentual de idosos em sua população (SEADE, 2017).

A cidade de ‘identidades múltiplas’ cresceu e se desenvolveu e, em sua expansão, foi ocupando espaços, mais ou menos organizados - as periferias – formadas a partir dos anos 1940 por muitos ‘anônimos e estranhos’ imigrantes e migrantes, de diferentes regiões do país, que vieram em busca de trabalho na cidade em processo de industrialização e crescimento urbano e que se constituíram, desde o princípio, em territórios de desigualdades e fragilidades.

Não havia espaço de moradia para os trabalhadores e nem programas governamentais na área habitacional, restando apenas como alternativa a ‘autoconstrução’ de moradias precárias nos arredores do centro expandido, sem infraestrutura de saneamento e demais serviços públicos - transporte, educação e saúde. A precarização da moradia se amplia, especialmente, a partir dos anos 1970, em arranjos cada vez mais instáveis – barracos de madeira em regiões de risco – beira de córregos, morros, alagadiços – denominados ‘favelas’, exemplos da expansão da precariedade urbana, e que se mantém até hoje (Scarito & Alves, 2018).

Neste contexto, consideramos território como espaço físico geográfico concreto – a cidade de São Paulo – e suas subdivisões em regiões - multifacetadas e multidimensionais – mas também como palco de relações de poder, de trocas simbólicas, de sua história, em movimento contraditório e desafiador, no qual o trabalhador procura desenvolver seu trabalho e exercer sua cidadania. Os programas de assistência social objetivam, entre outras possibilidades, promover esse exercício à comunidade – trocas sociais, interações e estabelecimento de relações no espaço de vida real, com seus muitos desafios. O território é assim considerado como espaço geográfico e social complexo de lutas e conquistas (Saquet & Sposito, 2009). O Plano Decenal de Assistência Social da Cidade de São Paulo – 2016-2026, indica, de forma clara, sua complexidade e o desafio que se impõe ao trabalho social hoje e no futuro próximo:

São Paulo metrópole de 96 cidades. Seus distritos, chão da diversidade de sua geografia, trajetória e topografia social, são ponto de partida para pensar seu futuro. A

³⁷Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado em 2010, a população negra representava 37% dos habitantes do município de São Paulo, e a maioria vive nas regiões periféricas da cidade.

cidade não é soma de distritos, mas circuitos de vidas em que cada assentamento é parte das características do sentido de cidade e cidadania na metrópole paulistana. Pensar a cidade para o presente e futuro sob o olhar da assistência social significa ajustar as lentes do olhar sob o filtro da dignidade humana. (p. 06)-

Segundo Santinha (2014, s/p) as disparidades sociais nos territórios de atuação devem ser foco prioritário do trabalho social visando à igualdade, equidade e promoção dos direitos humanos, aplicando igualmente a noção de justiça espacial. Afirma que:

[...] a procura de justiça implica perceber a relação dialética entre, não só as condições econômicas e sociais de diferentes grupos, mas também a geografia da injustiça, não sendo possível, portanto, compreender a questão da equidade sem considerar de que forma os serviços, as oportunidades e o próprio poder institucional se encontram geograficamente distribuídos.

Em suas reflexões sobre ‘a ideia de justiça’, o economista Amartya Sen (2011, p. 12-13) indica que ao buscar a ‘justiça perfeita’, se desconsidera “o modo como as pessoas vivem, e não meramente a natureza das instituições que as cercam [pois] o foco sobre a vida real na avaliação da justiça tem muitas implicações sobre a natureza e o alcance da ideia de justiça”, ou seja, em termos das liberdades e direitos, aqui aplicados às reflexões sobre os territórios no qual são implantados os serviços propostos pelas políticas públicas. Afirma ainda (2011, p. 15) que “a democracia tem de ser julgada não apenas pelas instituições que existem formalmente, mas também por diferentes vozes, de diversas partes da população, na medida em que de fato possam ser ouvidas”.

No panorama desafiador desta ‘geografia da injustiça’ no ‘chão das diversidades’, em busca da dignidade e justiça social, desenvolver trabalho colaborativo, horizontal e interdisciplinar das equipes, em espaço aberto às muitas vozes, visando ações que fortaleçam o vínculo comunitário em perspectiva ampla – família e comunidade – é um dos pontos de destaque no programa de assistência social aos idosos (Torres, 2017).

O envelhecimento populacional na contemporaneidade apresenta-se como grande conquista e, simultaneamente, enorme desafio para os países em desenvolvimento, caso do Brasil, em especial no âmbito das políticas públicas para os idosos - cenário que se mostra mais preocupante nos espaços periurbanos que denominamos ‘territórios de fragilidades’ - de maior impacto no âmbito da Assistência Social, nos quais se observa a superposição de carências múltiplas – saneamento básico, habitação, acessibilidade,

educação e saúde - aliadas à desestruturação dos vínculos familiares e comunitários, e aumento da violência, impactando negativamente o processo de longeviver, com agravos físicos e sociais. Segundo Fazon, Siqueira e Teixeira (2019) a proteção social – redução de fragilidades, perdas, privações, danos e ofensas à integridade pessoal e familiar - deve ter como ponto de partida a análise do território, visando o planejamento de projetos, programas e serviços, além da efetiva construção de política pública garantidora de direitos.

Nesta perspectiva, fica evidente o enorme desafio da aplicação destes princípios na cidade de São Paulo, em sua complexidade, diversidade e patamares de desigualdades múltiplas - evidenciado no mapeamento detalhado das 96 regiões da cidade de São Paulo com cobertura de serviços socioassistenciais - seus desafios e questões mais relevantes³⁸.

O mesmo documento constatou, em sua análise, um descompasso entre o que é proposto em suas normas e as práticas cotidianas, destacando-se inúmeros problemas técnicos e operacionais dos serviços, próprios à complexidade da metrópole, além da existência de certa ‘cristalização’ de conceitos e ações que dificultam o atendimento e o alcance dos objetivos propostos, dados corroborados pelos profissionais em formação.

O Núcleo de Convivência de Idosos (NCI) – um dos serviços dos programas da Secretaria de Assistência Social (SAS) dirigidos à população idosa – configura-se como espaços de atenção e convívio destinados, prioritariamente, ao público com idade igual ou superior a 60 anos, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, e têm como prioridades: o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável; a autonomia e sociabilidade no fortalecimento dos vínculos familiares (como tradução de afetos); o convívio comunitário e prevenção às situações de risco social, por meio de atividades socioeducativas planejadas de acordo com características, interesses e demandas dessa faixa etária, especialmente considerando o cenário de fragilidades territoriais e sociais.

Este serviço tem parceria com associações, fundações e organizações não governamentais, que formam a Rede de Proteção Social ao Idoso da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social do Município de São Paulo – SMADS, com 92 unidades, em 50 dos 96 distritos, que atendem cerca 15 mil idosos, com crescente demanda.

³⁸ Cf. Plano Decenal de Assistência Social da Cidade de São Paulo – 2016-2026.

Ampliando o universo de atuação das políticas públicas, em diferentes grupos da população, Fazon, Siqueira e Teixeira (2019, p. 184) destacam que estas devem “facilitar a organização e a participação social, ao prover serviços, ao representar apoio e suporte ao cidadão nas situações de risco e de maior vulnerabilidade”. Destaca-se neste universo o conceito de seguridade social indicado “como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (Constituição Federal de 1988, art. 194).

Entre as ações previstas na política social está a identificação das vulnerabilidades sociais, aprofundando a cobertura de necessidades dos cidadãos e das famílias - núcleo básico da reprodução social - assegurando a redução/eliminação das mesmas, o que fragiliza os cidadãos e famílias, levando-os ao processo de exclusão.

3. Narrativas – Tempos, Espaços, Diversidades, Identidades

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida [...] o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente [...] o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções. (Santos, 1978, p. 122)

A epígrafe nos fornece indicativos para pensar os espaços como topografia de identidades, em territórios de desigualdades e injustiças, na perspectiva sócio histórica e antropológica. No desvelamento do processo de desenvolvimento da cidade podemos apreender tempos e identidades continuamente recompostos, sempre em processo de negociação – um dinâmico devir - nas narrativas da cidade que, como organismo vivo cresce, se desenvolve e se deteriora, em sua expansão desigual, desordenada, não planejada, abandonada, constituindo-se em territórios de fragilidades e de identidades que se estilhaçam e recompõem – da cidade e seus habitantes, configurando a geografia da injustiça.

Os denominados ‘bairros nobre’, com casarões e jardins – alguns tombados pelo Patrimônio Histórico – também se degradaram, com muitas casas abandonadas e à venda, sem mercado devido à crise financeira do país - abandono e queda nos valores

também ligados ao aumento da violência e uma sensação (real) de perigo. Apesar de proibido por lei, muitos destes imóveis vão sendo descaracterizados e utilizados como endereços comerciais.

Este é um dos muitos exemplos das dinâmicas da topografia identitária da cidade e dos indivíduos – dinâmica de degradação e recomposição - cujo centro histórico, um dos seus ‘cartões postais’, com belas e antigas construções apresentam ocupação irregular servindo como ponto comercial ou moradia compartilhada - os cortiços - nos quais em um quarto moram famílias, sem higiene e mínimas segurança. Nestes locais degradados os aluguéis não são baratos, devido ao fácil acesso a rede de transportes públicos, e outros serviços, e a postos de trabalho de menor remuneração.

Alguns edifícios foram restaurados, exibindo belas fachadas e interiores, mas os movimentos de restauro e nova designação para ocupação têm sido muito tímidos. Assim, o centro histórico exhibe resquícios de uma beleza antiga e deteriorada, pois com as mudanças, ocorridas ao longo dos anos, que deslocaram os eixos empresas e comércio para diferentes regiões da cidade – configurando ‘novos centros’ - ele perdeu, assim como seus moradores, essas funções, histórias e identidades, e ainda não encontrou impulso para novas perspectivas de ocupação dinâmica, com moradias e serviços.

Hoje se observa a ‘verticalização do luxo’, com apartamentos sofisticados, com enorme área útil, acrescido de áreas de lazer, com forte esquema de segurança privada, na qual alguns tentam se blindar dos problemas desta grande metrópole, o que se mostra irreal. Como afirma Bentes (2011, p. 336) “São Paulo é uma megacidade que se revela partida entre ricos e pobres - incluídos e excluídos, conectados e desconectados - com sua estrutura básica diferenciada formando um mosaico, que marca os constantes contrastes existentes na cidade”.

Esta perspectiva é reforçada nos relatos dos profissionais discentes que mostram a face da exclusão, desigualdade, violência e vulnerabilidades da cidade e dos espaços periurbanos, pois grande parte dos NCI’s se encontra nos bairros periféricos, mas também surgem narrativas das lutas para requalificação destas regiões, com novas possibilidades de ocupação, com infraestrutura, ofertas de serviços e geração de emprego. Como afirmam Scarlto & Alves (2018, p. 170):

O que chamávamos de periferias nos anos 70, hoje, após muita luta de movimentos sociais, passam a se consolidar e nelas se gestam centralidades locais-periféricas, que

permitem a seus moradores o acesso, além da infraestrutura, a bens e serviços [...] O que pode ser considerado uma conquista da sociedade local, tem seu lado contraditório: com as melhorias infraestruturais e sociais os preços do solo urbano aumentam e parcela da população que vivia nessas localidades não consegue mais aí se manter, migrando pela cidade e região metropolitana, formando outras periferias precárias, sendo novamente ponta de lança na expansão urbana.

Verifica-se que na expansão da cidade vários e novos fatores se articulam e indicam a complexidade e dinâmica do ‘movimento territorial e social’ com os quais os gestores se deparam na aplicação de políticas públicas adequadas em territórios de mudanças. No caso dos NCI’s, podemos considerar que acolhem e oferecem oportunidades de convívio, criam referências, afirmam o sentimento de pertencças, favorecem o acesso a direitos sociais em seu âmbito de atuação, recompondo e fortalecendo identidades e promovendo ações transformadoras nos territórios, como narrado pelos profissionais, aqui também nomeados como trabalhadores sociais, uma vez que independente da área de formação, sua atuação tem como foco o campo social. Por outro lado, constituem um locus catalisador e um canal de expressão de necessidades e demandas sociais que remetem à esfera mais ampla do acesso a diferentes recursos e serviços, o que equivale a apropriar-se da própria cidade em movimento e mudança, transcendendo o território distrital.

As narrativas de campo reafirmam o território como configuração topográfica e morfológica, chão do exercício da cidadania, nas tramas do vivido, nas histórias de lutas partilhadas, e no qual se faz o exercício de participar e reivindicar direitos à vida digna - moradia, saneamento, educação, acesso aos serviços de saúde, ao lazer – na trama das relações cotidianas nos quais se tece a trama da vida – tempo/espço de reafirmação identitária e solidariedade cidadã. E no reconhecimento das ‘tramas do vivido’ que as políticas públicas devem atuar, não só em perspectiva assistencialista, mas com visão de futuro na perspectiva de espaço em mudança permanente que sofre de modo mais contundente as oscilações/instabilidades econômicas e políticas.

Devemos indicar que no Brasil, historicamente, sempre imperou a desigualdade - política, econômica, social, racial, regional e cultural - considerada estrutural em todos os níveis, com poucos momentos nos quais o povo teve esperança com pequenos avanços. A igualdade para todos parece hoje um objetivo de difícil alcance, mas a igualdade relativa, em movimento constante, é possível pela conquista de mais direitos

pelos grupos sociais menos favorecidos, por meio de políticas públicas abrangentes e garantias de direitos, mínimos necessários à vida digna.

Hoje o país atravessa, mais uma vez, um momento de instabilidade econômica e social, aumentando a já alarmante desigualdade de renda, devido à recessão e piora do mercado de trabalho, aliada a mudanças e confrontos políticos ideológicos nas gestões, geradores de violências várias, que tem impactado, entre outros, os programas da assistência social, o que pode atingir o acesso a bens sociais, em curto e médio prazo, e que se considerava já consolidado (PNAD, 3º trimestre, 2019)³⁹.

O recente Mapa da Desigualdade (2019)⁴⁰ indica um panorama amplo da desigualdade que vai além do desequilíbrio na distribuição de renda, abrangendo a de gênero e racial, ressaltando também as desigualdades regionais e, consequentemente, o fosso existente entre as diferentes regiões da cidade. Indica, assim, que “as desigualdades impactam toda a sociedade, pois são geradoras de índices de criminalidade e violência (social e simbólica); nos tipos e na remuneração do trabalho; no nível de estresse e nas doenças que afetam a população - sinais de uma sociedade desequilibrada e com baixos índices de bem-estar social”.

Neste contexto chama atenção a média de idade com que as pessoas morreram em 2018 (data-base da pesquisa): Moema – bairro de classe média alta - a idade média ao morrer é de 80,57; na Cidade Tiradentes - bairro periférico e carente - a idade é de 57,31, ou seja, mais de vinte anos de diferença entre os dois distritos na mesma cidade. O contexto indica a grande importância das políticas públicas como ponto de apoio e referência para parte significativa da população de São Paulo, na superação das diferenças e objetivando melhor qualidade de vida para todos (Côrte e Lopes, 2019).

Na cidade de São Paulo as mudanças nos programas de Assistência Social passam, neste momento, por cortes de recursos o que pode levar a descontinuidade de programas de atenção aos mais fragilizados, favorecedores do aumento dos índices de desigualdades múltiplas. Não é a primeira vez que isto ocorre, e a sociedade civil deve

³⁹ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) – implantada em 2012, em todo o território nacional, visa acompanhar as flutuações trimestrais e evolução, em curto, médio e longo prazo da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Acessível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>.

⁴⁰ O Mapa de Desigualdade é um trabalho da Rede Nossa São Paulo - organização da sociedade civil apartidária - que desde 2012 realiza a coleta os dados, partilhados com todas as instituições públicas e sociedade civil, visando o combate à desigualdade, pela promoção dos direitos humanos, pela participação e controle social, e pela transparência e respeito ao meio ambiente. Acessível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/2019/11/05/mapa-da-desigualdade-2019-e-lancado-em-sao-paulo/>.

estar atenta e atuante, mantendo a pressão pública constante em casos de perdas sociais, mais suscetíveis aos ‘humores políticos’.

O sociólogo polonês Zigmunt Baumann (1925-2017) sempre nos faz refletir nas leituras e releituras de suas obras, e é dele o alerta (de 2013), ampliando para um cenário global do qual fazemos parte e reconhecemos atualíssimo:

A mistura explosiva de crescente desigualdade social e o volume cada vez maior de sofrimento humano relegado à condição de “colateralidade” (marginalidade, exterioridade, “removibilidade”, de não ser parte legítima da agenda política) tem todos os sinais para se tornar, potencialmente, o mais desastroso problema que a humanidade será forçada a confrontar, administrar e resolver no século atual. (p. 16)

4. Narrativas dos territórios de desigualdades e injustiças

A condição de autor é aquela da pessoa que ao narrar suas experiências toma consciência desses diferentes papéis, herdados, construídos, improvisados, nos cenários da vida [...] o narrador passa a se assumir como autor responsável pela continuidade de sua história e de sua atuação no mundo. A condição de agente social é aquela de quem age, não para exercer papéis preconcebidos, mas em função de uma ação refletida e auto (trans) formadora. (Passeggi & Cunha, 2014, p. 55)

A epígrafe indica a relevância da proposta dialógica no processo de educação continuada, idealizada como possibilidade de oferecer espaços narrativos, propícios à escuta das vozes internas do grupo dos trabalhadores sociais, na perspectiva etnológica do estudo de campo em pequena escala - com a imersão do pesquisador na realidade cotidiana - com observação participante e diálogo com os informantes, buscando conhecer os fenômenos sociais que demandam uma explicação extraída do ‘ambiente’ cultural no qual estão imersos os atores. Nesta perspectiva nos apoiamos nos princípios da antropologia cultural - etnologia urbana ou etnologia do próximo – considerando aquilo que interessa a todos os grupos humanos, independente de suas características, podendo ter como objeto de estudos os fenômenos sociais que necessitam uma explicação por fatores culturais (Augè e Colleyn, 2012).

A seleção, análise e apresentação dos conteúdos narrativos dos profissionais, ao longo do processo de capacitação, aqui apresentados como indicativos da realidade,

segue a orientação proposta por Bardin (2002, p. 43) que indica que se devem encontrar os significados dos discursos, cujos conteúdos são expressos pela palavra, falada e escrita, desvelando o que interessa aos homens em relação.

A análise de conteúdo trabalha a palavra [...] a prática realizada por emissores identificáveis. Retomando a metáfora do jogo de xadrez utilizada por Saussure [...] a análise de conteúdo tenta compreender os jogadores ou ambiente do jogo num momento determinado, com o contributo das partes observáveis.

As narrativas colhidas tanto no campo de observação pelos docentes mediadores, como na capacitação – expressas pelas palavras dos discentes trabalhadores sociais – indicam o ‘campo de jogo’ no qual se depara com zonas mistas de vulnerabilidade e fragilidade, nas diferentes regiões da cidade, incluindo a área central e seu centro histórico, o que pode ser observada cotidianamente por quem vive e transita pela cidade.

Esta abordagem buscou ultrapassar ‘saberes’, estabelecidos e predeterminados, no desvelamento interpares dos problemas e os desafios no trabalho cotidiano, na expressão de inseguranças, desafios e oportunidades, fragilidades e competências, que focam o mundo real, na busca de possíveis caminhos. O movimento de reflexão partilhada em espaço narrativo - ampliado com o apoio teórico - foi favorecedor da construção individual e coletiva do profissional sujeito do conhecimento.

Neste artigo, não podemos apresentar os longos e inúmeros relatos originais integralmente, portanto extraímos deles os principais pontos, buscando desvelar o que de fato ocorre no cotidiano de trabalho, pois o processo gerou volumosa produção escrita, mas acreditamos que deixaremos a ‘marca’ dos tópicos relevantes e resultados obtidos.

Os projetos dialógicos de trocas de “saberes-fazer” propiciam espaços narrativos que indicam caminhos de descobertas a serem percorridos em conjunto – discentes profissionais e docentes mediadores – a partir de questões geradoras de reflexões a serem lançadas a todos, perspectiva que implica partilha, parceria e interação interdisciplinar e intersubjetiva, desafio que exige clareza dos objetivos, tempo de encontro e reflexão na busca de ações integrativas, significativas e humanizadas.

Esse conjunto de saberes deve ser pensado como relações e interfaces, características da interdisciplinaridade, que se refletem na Assistência Social e na Gerontologia Social e, nessa perspectiva, sugerem o desenvolvimento de novo olhar e

pensar a respeito dos vários significados e dimensões do real, como indica documento que norteia a Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (SUAS, 2013, p. 17), que se alia à proposta pedagógica dos cursos de formação continuada na área gerontológica, no qual se afirma que:

[...] a interdisciplinaridade permite a ampliação do foco da visão profissional, favorecendo maior aproximação das equipes profissionais à integralidade das situações experimentadas por usuários e beneficiários do Sistema, podendo, por isso mesmo, contribuir na formulação de respostas às questões, demandas, problemas e dificuldades que emergem dos processos de trabalho e das práticas profissionais.

Assim, as propostas de atividades na primeira etapa - Encontros Reflexivos - abordaram as bases teóricas interdisciplinares na área do envelhecimento e nos documentos norteadores oficiais, para alinhamento de conteúdo, entremeados de momentos de reflexão - a partir dos problemas trazidos pelos profissionais e/ou surgidos no processo com questões trazidas pela equipe de docentes mediadores – seguidos de relatos individuais, escritos e partilhados – por meio das quais se desvelaram as diferentes perspectivas pessoais e profissionais do trabalhador social em ação; as dúvidas e inconsistências do conhecimento teórico sobre o processo de envelhecimento e mesmo dos documentos norteadores, indicando ainda visão preconceituosa; as dificuldades em promover a efetiva ação em rede intersetorial; o descompasso entre as demandas legais e sua implantação, e/ou seu desconhecimento, muitas vezes ligados à comunicação e atuação não efetiva entre supervisores e equipes dos NCIs, entre outras questões.

As Oficinas Propositivas, segunda etapa do projeto, tomou como subsídios o material produzido e registrado na primeira etapa objetivando a construção dos planos de trabalho dos NCI's, visando potencializar suas práticas socioeducativas. Nesta etapa a utilização do modelo SWOT propiciou novas e importantes reflexões sobre os territórios, e nele os desafios e as oportunidades da atuação profissional. O termo SWOT é um acrônimo das palavras em inglês Strengths (forças), Weaknesses (fraquezas), Opportunities (oportunidades), Threats (ameaças) e representa uma balança onde é possível comparar os fatores internos e externos de cada empresa, serviço ou produto e, deste modo, focar no que precisa ser melhorado ou modificado. Este

instrumento foi adaptado para o cenário do serviço no qual atuam os trabalhadores sociais.

Neste modelo de análise as forças são “aspectos internos positivos” que propiciam um bom rendimento, tendo como exemplo, neste recorte, a equipe de NCI’s como experiente no serviço prestado aos idosos com graus de vulnerabilidade variável. As fraquezas são “aspectos internos negativos” que acarretam um ‘prejuízo’ ao serviço, tendo como exemplo equipe reduzida com falhas sérias na qualificação; falhas nas parcerias intersetoriais; e falta de interlocução entre os profissionais envolvidos, especialmente NCI’s e CRAS⁴¹.

Como fatores externos positivos surgem oportunidades, que não dependem diretamente do Serviço, mas que agregam valor a ele, como exemplo a crescente população envelhecida e ativa, vista como capital social. As ameaças são fatores que não estão diretamente no controle do Serviço e podem impactá-los negativamente, como falta de recursos; mudanças radicais nas políticas públicas e interferências externas, como desvio das verbas para outros fins. Indicamos aqui apenas 5 tópicos do extenso rol de fatores internos - força (positivo) e fraquezas (negativo) - como apresentados pelos profissionais.

Foram consideradas Forças Internas (positivas) - Orgulho de ser uma profissional da Assistência Social; Respeito no atendimento ao idoso, viabilizando suas potencialidades, na perspectiva dos direitos; Reconhecimento do processo de aprendizagem com os idosos; NCI’s como espaço de construção de família afetiva e na superação de depressão e luto; Interesse em novas aprendizagens e aprimoramento.

As Fraquezas Internas (negativas) - Conhecimento insuficiente dos documentos norteadores da PNAS⁴² e das concepções gerontológicas e legislações específicas para os idosos; Falta de diálogo com colegas que atuam em outras políticas setoriais, inviabilizando ações conjuntas em casos de alta complexidade; Relações tensas entre os representantes do CRAS e profissionais dos Serviços; Falta espaço na agenda dos profissionais dos NCIs para partilhar as questões vivenciadas nas práticas e planejamento; Princípio equivocado de que o profissional deve proporcionar autoestima, autoconfiança e autonomia, impossibilitando a construção do espaço dialógico e de construção coletiva nas propostas de intervenção junto aos idosos.

⁴¹ CRAS – Centro de Referência da Assistência Social.

⁴² PNAS – Política Nacional de Assistência Social.

Fatores Externos - Oportunidades (positivo) - Articulação entre serviços (assistência, saúde, educação, cultura) nas atividades; Promoção de lideranças idosas regionais (política e social); Organização e incentivo na participação em associação de moradores, na proteção e gestão do meio ambiente; Promoção e gestão de círculos comunitários de ajuda mútua; Valorização da cultura local como potencial para fortalecimento de vínculos comunitários e intergeracionais; Parcerias institucionais para desenvolvimento de projetos de geração de renda e/ou espaço no mercado de trabalho.

Fatores Externos – Ameaças (negativo) - Extensão do território a ser atendido, aliado à degradação do meio ambiente na região e problemas de acessibilidade (região/serviço); Pauperização crescente dos idosos – desemprego; falta de moradia; violência institucional e familiar; Não distribuição equânime de benefícios (BPC); Regiões dominadas pelo narcotráfico geradoras de insegurança e violência; Ausência de NCI's em regiões extensas e com alto grau de vulnerabilidade.

Posterior a este exercício foi realizado, pelos profissionais discentes, um levantamento fotográfico do território no qual se localizam os NCI's, material partilhado e refletido no grupo, destacando que alguns trouxeram desenhos que traduziam com veracidade as realidades observadas. Esta atividade propiciou outro espaço narrativo, expondo novas fragilidades, especialmente em 'territórios do tráfico', como: andar de uniforme para identificação e proteção; pedir autorização do 'chefe' para entrada de estranhos na comunidade; circular só em veículos 'autorizados', com vidros abertos e mãos à vista; contratar auxiliares da própria comunidade, evitando a circulação de 'estranhos'; além de proteção 'especial' ao NCI quando a avó/tia do 'chefe' estivesse no local, entre outros problemas, destacando-se a degradação ambiental.

Ao longo do processo destacam-se, assim, dois problemas relevantes inter-relacionados - os desafios de plena efetivação e aplicação das leis específicas - portarias e normativas técnicas, norteadoras das políticas públicas – decorrentes tanto da burocracia própria ao sistema, como os ligados às fragilidades territoriais devido ao imperativo da violência.

Em uma metrópole como São Paulo o cotidiano dos trabalhadores da assistência social, e como da maior parte da população, é atravessada pela falta de tempo; desconforto em vários níveis; exigência de respostas imediatas; a pressa constante na vida pessoal e profissional, entre outros problemas. Considerando que a 'aceleração da vida' fecha a possibilidade de tempo de parar, pensar, olhar, escutar mais devagar, observando detalhes, suspendendo a tensão e a pressa, objetivou-se que os encontros de

formação pudessem proporcionar um tempo de “cultivar a atenção e a delicadeza, abrir olhos e os ouvidos [...] falar sobre o que nos acontece [...] escutar os outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço” (Larrosa, 2015, p. 25).

O exercício de reaprender e refazer, individual e coletivo, não é fácil, mas constatamos que ele se concretizou no movimento de reflexão e escuta sensível individual e coletiva, considerando que aprender e ensinar com e a partir da interdisciplinaridade e intersubjetividade é um processo que conecta, pela reflexão, experiências, análises de casos/ problemas, entre outras possibilidades que surgiram dos encontros integrativos, e expressos também nas avaliações finais pelos discentes profissionais.

Ao longo do processo o movimento de reflexão e escuta, aliado às bases teóricas e análises do ‘campo de jogo’ foram favorecedores da construção individual e coletiva dos profissionais, que se materializou no Seminário Final⁴³, realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), nos banners que apresentaram os projetos de cada NCI envolvido, divulgados a todos os participantes, em evento aberto ao público, ampliando o espaço de divulgação deste projeto de política pública e a valorização do trabalhador social que tem como foco o sujeito que envelhece na cidade de São Paulo, em meio às fragilidades múltiplas.

Desde a primeira ação - mapeamento dos territórios de atuação – foram utilizados procedimentos integrativo-narrativos que ofereceram os dados necessários para a caracterização do serviço, e as particularidades próprias a cada uma das regiões, dando voz e registrando as impressões, sentimentos e demandas dos trabalhadores dos NCI’s no campo de atuação, base para a capacitação pretendida, na perspectiva da Gerontologia Social. O trabalhador social passou a ser considerado, ao longo do processo, o narrador que desvela, em primeira pessoa, a voz interna do grupo no qual vive e atua, indicando os desafios de aplicação das políticas públicas no campo de atuação - Quem fala? De onde fala? Com quem fala? Quem escuta?

Neste ponto destacamos que ouvimos as vozes primeiras quando do diagnóstico no campo de atuação, que precedeu a capacitação dos profissionais. Esta etapa preliminar foi realizada com elaboração de um roteiro de observação e de questionário-base para visita em 31 NCI’s (de 96 existentes à época) de diferentes regiões do

⁴³ <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/importancia-dos-ncis-para-se-longevidade-em-sao-paulo/>.

município de São Paulo, realizado pela equipe de futuros docentes mediadores, que se apropriaram, assim, da realidade dos territórios de atuação, em suas diversidades e múltiplas demandas, segundo os princípios já definidos da pesquisa etnológica.

No primeiro momento de ação no campo fizeram a experiência, em duplas e trios, dos desafios reais vividos pelos trabalhadores sociais da nossa metrópole - desde os deslocamentos - ônibus, metrô, táxi, e mesmo a pé - com a visita a zonas de difícil acesso, muitas 'interditas' pelo tráfico, com necessária 'licença'; a constatação dos sofrimentos e fragilidades da população desta enorme periferia; os desafios do trabalho social e, também, suas grandes conquistas e a constatação das extremas necessidades em espaço geográfico de fragilidade, injustiça e exclusão.

Os dados coletados nesta etapa, que se ampliaram e confirmaram no processo de capacitação, indicaram que a maioria dos NCI's (74,2%) havia surgido nos últimos 17 anos, sendo relevante considerar que 32,3% das unidades foram implantadas nos últimos 7 anos, com significativa ampliação da rede no período posterior à promulgação do Estatuto do Idoso em 2003. A maioria dos serviços (64,5%) funcionava em tempo integral de 8 horas (25,8%) ou de 12 horas (38,7%), mas na escuta dos trabalhadores sociais foi evidenciada uma contradição - unidades localizadas em área de maior vulnerabilidade funcionam em tempo parcial, e outras situadas em áreas de menor vulnerabilidade atuam em tempo integral.

Indicaram a necessidade de estender os períodos de funcionamento nessas áreas, para melhor atendimento aos idosos mais vulneráveis socialmente, e alertaram para o fato de que nas áreas mais centrais da cidade, com melhor infraestrutura física e nível socioeconômico, muitos idosos atendidos não obedeciam aos critérios propostos por esta política pública. Relatam, entretanto que, nestes casos, a procura está ligada ao sentimento de solidão dos indivíduos idosos, o que muitos consideram uma fragilidade maior, justificando a frequência.

Em relação ao financiamento das atividades dos NCI's - muitos com origem em organizações não governamentais, como ação de paróquias católicas ou em associações espíritas e evangélicas - foi informado que a maior fonte de recursos está nos convênios com a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMADS) e que 35% são contrapartidas das organizações conveniadas, aos eventos e campanhas (19,4%) e doações de pessoas físicas ou jurídicas (16,1%) para arrecadação de recursos adicionais.

Os profissionais relataram como maior dificuldade o serviço de busca ativa para mapear os beneficiários do BPC44 - e incentivá-los a se incorporarem às atividades oferecidas - tanto pelo fato que a relação nominal destes possíveis usuários encontrarem-se frequentemente desatualizadas, dificultando ou inviabilizando o contato. Soma-se a recusa dos idosos em receber os agentes por medo de perder o referido benefício, acrescidos aos impedimentos de aproximação de territórios ‘demarcados’ e nos de difícil acesso - problemas que também são impeditivos para que os próprios idosos circulem e frequentem os NCI’s.

Confirma-se, assim, o cruzamento de dois dados que indicam as dificuldades da aplicação integral desta, e outras, políticas públicas – a burocracia do sistema - que surge também em outras instâncias na articulação de diferentes serviços; e a violência e as dificuldades de acesso dos territórios – que de modo perverso criam barreiras a circulação de pessoas – agentes públicos e população em geral, de modo mais evidente os idosos - demarcando claramente a ‘geografia da injustiça’.

5. À guisa de conclusão: Desafios para profissionais e políticas públicas na área do envelhecimento

Apontamos que ao longo do processo de capacitação muitos foram os desafios e alguns ajustes foram realizados devido a demandas surgidas no seu desenrolar, movimento que consideramos natural frente à metodologia que propõe a construção conjunta dos saberes-fazeres visando práticas cada vez mais adequadas no atendimento das demandas do serviço. Observamos, desde o início, certa resistência à proposta geral da capacitação por parte de muitos profissionais-discentes (mas contornada ao longo do projeto), ainda presos a sistemas burocráticos no processo de ensino-aprendizagem, no qual o professor ensina e os alunos aprendem, em uma relação vertical de soberania no qual um sabe mais que o outro.

No contexto do processo vivido, aqui relatado, e seguindo a metodologia proposta, a relação entre profissionais-discentes e docentes-mediadores buscou ser horizontal, entrelaçando saberes e competências dos dois grupos. Refletir sobre a realidade do envelhecimento acelerado, e seu impacto nas políticas sociais existentes, rever

⁴⁴ Destaca-se que o BPC se refere à renda mensal básica no valor de 1 salário mínimo, destinada às pessoas idosas (a partir de 65 anos) e às pessoas com deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família.

conhecimentos ‘cristalizados’, provocar reflexões, se não novas, inovadoras foi a estratégia, e os docentes se colocaram como mediadores desse trabalho coletivo.

Ao longo do processo de educação continuada ficaram evidenciados os desafios, e relevância do Serviço, muitos dos quais coincidem com os já indicados no Plano Decenal de Assistência Social da Cidade de São Paulo 2016-2026.

1. A relevância social dos NCI's – Núcleos de Convivência de Idosos enquanto serviços integrantes de uma rede de proteção social às cidadãs e aos cidadãos com mais de 60 anos de idade, com o desafio de promover o pertencimento e convivência social em oposição ao segregacionismo e ao isolamento, e representam oportunidades para a expressão de necessidades e demandas sociais pessoais, familiares e comunitárias, acesso à informação quanto a direitos sociais, trocas culturais e socioafetivas intergeracionais, fruição de benefícios advindos de um diversificado elenco de atividades sociais, culturais, recreativas, lúdicas e de lazer. O Serviço objetiva atender, de modo geral, à diretriz da inserção territorial de serviços públicos, observados os índices de vulnerabilidade e risco social nas várias expressões de desigualdade, incluindo as intergeracionais, intergêneros, de renda, étnico-raciais e sócio-territoriais.

2. Outro desafio é a necessidade de investimento na formação contínua dos trabalhadores, de modo a suprir lacunas e debilidades teórico-metodológicas e técnico-operativas na gestão e funcionamento das unidades dirigidas a pessoas idosas, destacando-se a necessidade de supervisão efetiva no acompanhamento das ações. Além deste aspecto ficou evidente a reprodução dos modelos protetivos em relação aos idosos e a falta de maior impulso à participação cidadã.

3. A ausência de uma cultura de planejamento e avaliação das ações foi identificada na profusão de eventos e atividades de interesse, mas sem as devidas conexões com a Política Nacional de Assistência Social no âmbito da proteção social básica e Estatuto do Idoso, e sem a clara e consistente enunciação de resultados que expressem a amplitude e a profundidade do alcance social dos serviços que ficam, às vezes, circunscritos às metas quantitativas – negligenciando as qualitativas - e a alguns procedimentos administrativos, embora necessários, determinados pelos convênios com a gestão municipal.

4. A existência de polaridades nos papéis exercidos pelos profissionais: muitos excessivamente burocráticos; outros com forte grau de envolvimento, sem o equilíbrio necessário ao funcionamento adequado ao serviço.

5. A precarização da formação superior expressou-se tanto na compreensão de consignas como na expressão escrita e falada dos profissionais, observada especialmente no processo de execução dos banners apresentados no Seminário final.

O projeto de capacitação evidenciou, por um lado, os desafios no enfrentamento das debilidades e dificuldades na gestão e operação de um serviço de absoluta relevância social – os Núcleos de Convivência de Idosos – para a capital metropolitana. Por outro lado, desnudou as potencialidades de uma política pública, efetivamente voltada para a qualidade de vida, a dignidade e a cidadania, segundo valores democráticos.

Frente a esta desafiadora realidade, aguardamos trabalhando mesmo em cenário adverso, esperançosos que este seja mais um ‘tempo de turbulências’ ao qual possamos resistir e superar, buscando atingir importantes metas na busca por vida íntegra, democrática, com redução dos cruéis ‘danos colaterais’, com equidade e igualdade de direitos para todas as idades da vida.

Referências

- Altenfelder, A.H. (2015). Aspectos constitutivos de mediação docente e seus efeitos no processo de aprendizagem e desenvolvimento. *Periódico Eletrônico de Psicologia. Construção Psico Pedagógica*. V. 23, nº 24. São Paulo, pp 59-76.
- Augè, M; Colleyn, J.P. (2012). *L' Anthropologie*. Paris: PUF.
- Bardin, L. (2002). *Análise do Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bauman, Z. (2005). *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar
- Bauman, Z. (2013). *Danos colaterais: desigualdades sociais numa era global*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bentes, J. C. G. (2011). São Paulo, por Raquel Rolnik. *Revista de Estudos Avançados*. v. 25 (71). São Paulo.
- Berbel, N.A.N. (org.) (1999). A metodologia da problematização e os ensinamentos de Paulo Freire: uma relação mais que perfeita. In: *Metodologia da problematização: fundamentos e aplicações*. Londrina: EDUEL; 1999. p. 1-28.
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*.
- Brasil (2003). Ministério da Saúde. *Estatuto do Idoso*. 1º ed., 2º reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

- Brasil (2013). *Política Nacional de Educação Permanente do SUAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1a ed. – Brasília: MDS, 57p.*
- Brasil: MDS. (2016). *Fundamentos éticos e políticos e rumos teórico-metodológicos para o fortalecimento do Trabalho Social com Famílias na Política Nacional da Assistência Social*. Brasília, pp. 19-20.
- Brandão, V; Côrte, B.; Silva, A. (2017). A importância dos NCIs para se longeviver na cidade. *Portal do Envelhecimento*. Recuperado em 20 de outubro, 2018, de: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/importancia-dos-ncis-para-se-longeviver-em-sao-paulo/outubro>.
- Caderno de Convivência e Fortalecimento de Vínculos* (2013). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Proteção Social Básica, Brasília.
- Côrte, B., & Brandão, V. (2018). Longevidade Avançada - A reinvenção do tempo. *Revista Kairós - Gerontologia*, 21(1), 213-241. ISSN 2176-901X. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP.
- Côrte, B. e Lopes, R.G. (Orgs.) (2019). *Longeviver, Políticas e Mercado - Subsídios para profissionais, educadores e pesquisadores*. São Paulo: Portal Edições/PUC-SP.
- Fazion, C.; Siqueira, R.C.M. L. e Teixeira, F.J. (2019). Envelhecimento e políticas sociais: oportunidades e acessos. In: Côrte, B. e Lopes, R.G. (Orgs.) *Longeviver, Políticas e Mercado - Subsídios para profissionais, educadores e pesquisadores*. São Paulo: Portal Edições/PUC-SP.
- Freire, P. (1980). *Educação como prática da liberdade*. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2005). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra (31ª ed.).
- Larrosa, J. (2015). *Tremores. Escritos sobre a experiência*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília (2016). *Fundamentos ético-políticos e rumos teórico metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Recuperado em 15 de novembro, 2019, de: conpas.cfp.org.br/wpcontent/uploads/sites/8/2014/.../trabalhosocialcomfamilias.pdf
- Nóvoa, A. (org.). (1999). *Profissão Professor*. Porto: Editora Porto.
- Passeggi, M.C; Cunha, L.M. (2014). Narrativas autobiográficas: a imersão no processo de autoria. In Vicentini, P. P; Souza, E.C.; Passeggi, M. C. (orgs). *Pesquisa (Auto)Biográfica. Questões de ensino*. Curitiba, PR: CRV.

- Plano Decenal de Assistência Social da cidade de São Paulo*. PDMASSp 2016-2026. O SUAS nos 96 distritos. Equipe de Elaboração do PDMASSp da SMADS, São Paulo, 2016.
- Piaget, J. (1983). *A epistemologia Genética e outros textos*. São Paulo: Abril Cultural.
- Ribeiro, L. R. C. (2008). *Aprendizado baseado em problemas*. São Carlos: UFSCAR; Fundação de Apoio Institucional.
- Savin-Baden, M. (2000). *Problem-Based Learning in Higher Education: Untold Stories*. Buckingham: Open University Press.
- Seade (2017). *Conheça São Paulo – Indicadores Econômicos e Demográficos*. Recuperado em 12 de setembro, 2019, de: <http://www.seade.gov.br/conhecasp/#page/1>
- Santinha, G. (2014). O princípio de coesão territorial enquanto novo paradigma de desenvolvimento na formulação de políticas públicas: (re)construindo ideias dominantes. *EURE* (Santiago) vol.40 no.119, Santiago ene. Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.
- Santos, M. (1978). *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, Edusp.
- Saquet, M.A.&Sposito, E.S. (orgs.). (2009). *Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos*. São Paulo: Editora Expressão Popular. UNESP - Programa de Pós-Graduação em Geografia.
- Scarlato, F.C; Alves, G.A. (2018) São Paulo: uma metrópole em constante mutação. *Boletim Paulista de Geografia*. v. 100, p. 156-172. Recuperado em 27 de agosto, 2019, de: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1504>
- Schon, D. A. (2007). *Educando o Profissional Reflexivo – um novo design para o ensino e a aprendizagem*. São Paulo: Artmed.
- Sen, A. (2011). *A Ideia de Justiça*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sebrae. Ferramenta: *Análise SWOT* (clássico). Recuperado em 22 de outubro, 2019, de: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/ME_Analise-Swot.PDF
- Torres, A. S. (2017). *Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos*. Brasília. Recuperado em 08 de setembro, 2019, de: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/arquivos/Protecao_Basica/smads-concepconviv.pdf